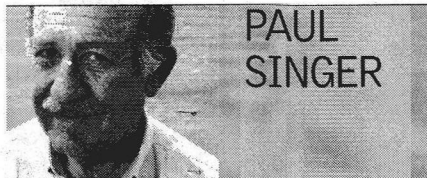


Ruptura pelo emprego

ECONOMIA - BRASIL



PAUL SINGER

O principal problema do Brasil, que já se arrasta há mais de 20 anos, é que a economia cresce muito menos do que seria necessário para proporcionar à maioria dos brasileiros oportunidade de ganhar a vida mediante um trabalho honesto. Esta crise se agrava sem cessar. O peso cada vez maior do desemprego deprime os rendimentos dos assalariados, cujos gastos caem, estendendo a crise ao pequeno comércio, à agricultura e ao conjunto da produção de bens e serviços destinados ao consumo popular. A juventude, que termina a escola, descobre que pouquíssimos arranjam emprego e boa parte dela envereda pelo caminho da ilegalidade e acaba sucumbindo — como autora ou vítima — à violência criminosa.

O modelo econômico em vigor desde

a introdução do Plano Real, condicionou o crescimento à entrada de capitais do exterior e o resultado foi que o estoque de empréstimos e investimentos estrangeiros tornou-se desproporcional em relação à capacidade da economia nacional de obter divisas para as remessas de juros, amortizações e dividendos ao exterior. O pior é que este passivo externo pesadíssimo em nada contribuiu para que a economia brasileira crescesse, tendo sido aplicado em grande parte na aquisição de empresas nacionais, privadas e públicas, já existentes, ou seja, resultantes de investimentos anteriores de poupança nacional.

Agora, a chamada comunidade financeira internacional nos impõe uma das mais altas taxas de juros do mundo — falsamente apodada de “risco Brasil”. É resultado de uma retração mundial da oferta de capitais, causada principalmente pelo colapso escandaloso de multinacionais como Enron, WorldCom e Vivendi, que se defronta com uma demanda acrescida de empréstimos por parte de empresas sediadas aqui, pressionada pela queda dos investimentos

externos no Brasil. É muito menos um aumento do risco do país do que uma aversão generalizada ao risco por parte dos que há pouco sofreram perdas.

Seja como for, continuaremos sendo vítimas de crises em qualquer lugar do mundo. Romper com este modelo é portanto indispensável se quisermos quebrar o círculo vicioso de fugas de capitais, desvalorização cambial, pressões inflacionárias e — para enfrentar estes problemas — restrições ao gasto público e privado e portanto crescimento microscópico da economia e macroscópico do desemprego, pobreza e violência criminosa.

Esta ruptura consiste em sua essência em recolocar o Brasil em sua rota histórica de desenvolvimento, que ele vinha trilhando desde a crise dos anos 1930: integração do mercado interno mediante urbanização e construção de redes nacionais de transporte, de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de telecomunicações. À base deste mercado interno em expansão geográfica, o Brasil se industrializou e se desenvolveu. A escassez de dólares

sempre foi uma restrição, que a diversificação das exportações nos anos 70 e 80 permitiu superar, ao menos em parte. Nada impede que o façamos de novo, a não ser a crença supersticiosa de que nada é possível sem a benção do FMI, de Bush e Greenspan e dos gerentes das finanças globais.

As eleições federais de outubro próximo

Será exigida redistribuição de renda e reforma tributária, que obrigarão setores hoje isentos a dar sua contribuição ao saneamento das finanças

mo oferecem oportunidade ímpar ao povo brasileiro de optar por uma ruptura pelo emprego, sem colocar em risco a relativa estabilidade dos preços. Mas, uma ruptura dessas tem que ser precedida por uma ampla discussão das alternativas que se oferecem ao país, que a campanha eleitoral torna extremamente oportuna. A finalidade da discussão é forjar um consenso nacional do que é

imprescindível empreender e uma coligação social e política que viabilizará a ruptura com o mínimo de descontinuidade e de temores injustificados.

A ruptura pelo emprego imporá perdas apenas aos que se recusarem a colaborar, dando um voto de não confiança à moeda nacional e se opondo à ativação do mercado interno como matriz de um largo ciclo de desenvolvimento. Esta ativação exigirá redistribuição de renda e uma reforma tributária que obrigará setores hoje isentos ou quase a dar sua contribuição fiscal ao saneamento das finanças públicas. Mas, havendo muito mais crescimento, mesmo os setores penalizados acabarão por ganhar. O novo modelo econômico será, em seus resultados sociais, o oposto do “Milagre Econômico” do regime militar: enquanto este beneficiou sobretudo o empresariado e a classe média, desta vez os primeiros ganhos beneficiarão as vítimas da crise do trabalho.

Paul Singer, economista, ex-secretário municipal do Planejamento de São Paulo (na gestão de Luiza Erundina), é professor titular da FE A-USP.
E-mail: singerpi@usp.br